



## **Declaração Política**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A minha declaração política de hoje centrar-se-á numa grande temática: o funcionamento do sistema regional de saúde. Trata-se de um tema da maior importância. De um grande desafio da nossa autonomia e dos sucessivos governos regionais. De uma área sensível da governação em que todos estamos proibidos de falhar. Uma área em que os erros se pagam muito caro.

A qualidade de vida das populações está hoje muito dependente da capacidade de resposta dos sistemas de saúde. Da sua eficácia. Da sua rapidez. Da sua assertividade. Do seu humanismo.

Meus senhores!

Antes de entrar no tema central desta declaração política deixem-me fazer um reparo que se impõe. Todos nós observamos como, de forma muito frequente, o Governo da República comparece em peso nos debates que se realizam na Assembleia da República. O mesmo sucede na generalidade dos sistemas parlamentares da Europa.

Nos Açores não é assim. A bancada do Governo Regional comparece, nos plenários parlamentares, cada vez mais desfalcada. O próprio Presidente do Governo Regional desertou deste Parlamento. Tirou, nestes últimos meses, muitas fotografias com grandes deste mundo, mas raramente foi visto neste Plenário. Uma tarde e uma manhã, se tanto, nos últimos três meses.

Eu percebo que os holofotes da política internacional são muito mais interessantes e estimulantes. É muito mais agradável proferir discursos cerimoniais noutras latitudes e noutras circunstâncias, do que submeter-se neste Parlamento à crítica política. Mas a democracia



é assim e ainda bem que é assim. A presença do Governo Regional neste Parlamento é uma obrigação, não é uma dádiva.

A deserção do Governo Regional e do seu Presidente deste Parlamento significa o que significa: a desvalorização do sistema parlamentar e das oposições e a intolerância à crítica política.

Meus senhores!

Entro agora na temática que escolhi para esta declaração política. Importa, agora que estamos quase a chegar a meio da legislatura, olhar para os resultados da atual governação na área da saúde.

Em primeiro lugar é impossível não referir aqui as listas de espera cirúrgicas. Acreditem, meus senhores, que nada me daria mais satisfação do que não falar neste tema tão repetido nos debates parlamentares.

Retirar este tema da agenda política deveria ser uma das grandes prioridades políticas deste e de qualquer outro governo. Mas ele permanece na agenda porque a questão não foi resolvida. Mais que isso! Agrava-se de ano para ano.

Temos mais de 10 mil pessoas nas listas de espera cirúrgica. É inadmissível! É uma vergonha para todos nós!

Temos de parar para pensar no sofrimento que tudo isto significa. No purgatório que cada dia de espera significa para cada um dos doentes. Na persistência de uma dor que podia ser retirada. Nas vidas adiadas de tanta gente que aguarda a intervenção cirúrgica para recomeçar a sua vida. Para voltar a viver em plenitude. São dias, meses e anos que deviam pesar nas consciências de quem tem a responsabilidade e os meios para resolver o problema.

Meus senhores!

É admissível que existam salas de bloco operatório encerradas ou a funcionar muito longe do seu potencial apenas porque faltam enfermeiros?



É admissível que existam salas de bloco operatório encerradas ou a funcionar muito longe do seu potencial apenas porque faltam camas?

É admissível que os tempos de resposta máxima garantida sejam frequentemente duplicados e mesmo triplicados nos Açores, quando no território continental, apesar das fortes restrições orçamentais, são, em regra, cumpridos?

Não, não é admissível. É imperioso que o Governo Regional contrate os enfermeiros que são necessários e disponibilize o número de camas que são indispensáveis.

O Governo Regional tem de conceber e implementar um plano quantificado nesta matéria. Que assuma metas. Que desenhe uma estratégia. Que identifique os recursos necessários para resolver o problema.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

O atual Presidente do Governo Regional destruiu o sistema de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. Alegadamente existiam abusos e situações fraudulentas. Mas em vez de identificar e punir os culpados, Vasco Cordeiro lançou um anátema geral e a suspeita generalizada sobre toda a classe médica.

O resultado de tudo isto está à vista. Os serviços prestados às populações das ilhas sem hospital degradaram-se muito consideravelmente. A despesa do sistema aumentou porque, obviamente, fica muito mais caro deslocar milhares de doentes aos hospitais, que deslocar algumas dezenas de médicos especialistas às diversas unidades de saúde. Isto para além do desconforto que as deslocações significam para os doentes, sobretudo para a população mais idosa.

Ainda por cima está instalado o caos. Eu próprio testemunhei, recentemente, situações em que os doentes se deslocam, em semanas



sucessivas, para realizarem consultas e exames em períodos diferentes, quando é óbvio que se deveriam otimizar as deslocações e concentrar consultas e exames no menor número de deslocações possíveis. Nada disto está resolvido e nada disto foi alterado.

E não me falem em novos regulamentos. Está por decidir o mais importante e decisivo: as contrapartidas para os médicos especialistas. Sem isso o sistema não funciona, uma vez que a deslocação dos médicos tem de ser voluntária. É fácil destruir tudo. É muito mais difícil restabelecer a confiança e criar modelos de incentivo que funcionem.

Meus senhores!

Não me resta muito tempo para concluir esta intervenção. Faço apenas mais uma referência. Quando é que acabam os fracassos nos sistemas de informação do sistema regional de saúde? Quantos milhões será necessário gastar para conseguir algo tão simples como a comunicação, no âmbito de todas os hospitais e unidades de saúde da Região, da informação clínica de cada doente? Coisas tão comezinhas como a história clínica do doente, as cirurgias que já realizaram ou a medicação que já lhes foi ministrada. Sem um sistema de informação universal no sistema regional de saúde, não será possível sair da Idade da Pedra Lascada nesta matéria.

O fracasso reiterado do Governo Regional na gestão do sistema regional de saúde é intolerável. Exijo mudanças. Exijo resultados.

Horta, Sala das Sessões, 17 de maio de 2018

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão